

CLAUDIO MADUREIRA

# LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONTROLE ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO SISTEMÁTICA DA LEI Nº 14.133/2021 NA  
PERSPECTIVA DO MODELO BRASILEIRO DE PROCESSO

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

# SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR .....	23
---------------------	----

INTRODUÇÃO .....	25
------------------	----

## PARTE I DISPOSIÇÕES GERAIS

### CAPÍTULO 1

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 .....	39
-------------------------------------------------	----

1.1 Licitações e contratações realizadas no Brasil .....	39
1.2 Licitações e contratações realizadas no exterior.....	44
1.3 Licitações e contratações realizadas com recursos provenientes do exterior .....	44
1.4 As contratações relativas às reservas internacionais do país .....	48
1.5 Os campos de incidência e exclusão da Lei nº 14.133/2021 .....	48
1.6 O relacionamento entre a Lei nº 14.133/2021 e o regime jurídico das microempresas e das empresas de pequeno porte.....	50

### CAPÍTULO 2

NORMAS FUNDAMENTAIS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO, DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E DE CONTROLE ADMINISTRATIVO.....	53
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.1 Princípios aplicáveis aos processos de licitação, contratação pública e de controle administrativo.....	54
2.1.1 Princípio da legalidade .....	54
2.1.2 Princípio da impessoalidade .....	55
2.1.3 Princípios da moralidade e da probidade .....	55
2.1.4 Princípios da publicidade e da transparência.....	56
2.1.5 Princípios da eficiência, da eficácia e do planejamento .....	56
2.1.6 Princípios da igualdade e da competitividade .....	57
2.1.7 Princípio da segregação de funções .....	58
2.1.8 Princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo .....	59
2.1.9 Princípio da segurança jurídica .....	60
2.1.10 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	62
2.1.11 Princípios da celeridade e da economicidade.....	63
2.1.12 Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.....	64
2.1.13 Princípio da motivação .....	67
2.1.13.1 O estrito relacionamento entre a gestão pública e a aplicação do direito .....	68
2.1.13.2 O dever de motivação das decisões jurídicas .....	69
2.1.13.2.1 O dever de motivação como imposição constitucional.....	70
2.1.13.2.2 O modelo decisório instituído pelo Código de Processo Civil 2015 e a sua extensão aos processos de licitação e contratação pública.....	70
2.1.13.3 Descrição sistemática do modelo decisório aplicável aos processos de licitação, de contratação pública e de controle administrativo.....	71
2.1.13.3.1 A inobservância dos pressupostos mínimos necessários à veiculação do discurso jurídico.....	72
2.1.13.3.2 A ausência de enfrentamento das razões deduzidas no processo.....	74
2.1.13.3.3 A aplicação inadequada do modelo de precedentes .....	74
2.1.13.4 A extensão da incidência do princípio também à atividade de controle.....	83
2.1.14 Princípio do interesse público.....	83
2.1.14.1 O que é interesse público? .....	84
2.1.14.1.1 O que não é interesse público?.....	85
2.1.14.1.1.1 Ilegitimidade da conceituação do interesse público como interesse do Poder Público (ou do Estado) .....	85
2.1.14.1.1.2 Ilegitimidade da conceituação do interesse público como interesse do público (ou da sociedade) .....	88
2.1.14.1.2 Interesse público como realização da dignidade da pessoa humana .....	89
2.1.14.1.3 Interesse público como síntese dos interesses assimilados pelo ordenamento jurídico-positivo.....	91
2.1.14.1.4 Interesse público e legalidade administrativa .....	95
2.1.14.1.5 Princípios implícitos.....	97
2.1.14.1.5.1 A supremacia do interesse público sobre o privado.....	97
2.1.14.1.5.2 A indisponibilidade do interesse público .....	98
2.1.14.2 Interesse público na Lei nº 14.133/2021.....	99

2.1.14.3	A extensão da incidência do princípio do interesse público, dos seus princípios implícitos e das regras auxiliares previstas na Lei nº 14.133/2021 aos órgãos de controle .....	101
2.2	Normas da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro aplicáveis aos processos de licitação, de contratação pública e de controle administrativo.....	102
2.2.1	Deveres administrativos e limitações ao desfazimento de atos e à atribuição de sanções a agentes estatais.....	102
2.2.1.1	O dever administrativo de não decidir sem ter em consideração as consequências da decisão .....	103
2.2.1.2	O dever administrativo de indicar as condições para a regularização dos atos considerados irregulares e de não impor aos responsáveis ônus ou perdas excessivos .....	103
2.2.1.3	O dever administrativo de interpretar o direito mediante consideração das reais dificuldades do gestor, das exigências das políticas públicas implementadas e das circunstâncias práticas que interferiam na sua conduta ..	103
2.2.1.4	O dever administrativo de considerar, quando se cogitar da aplicação de sanções, a natureza e a gravidade da infração cometida, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os antecedentes dos agentes estatais envolvidos ..	104
2.2.1.5	O dever administrativo de estabelecer regime de transição em caso de modificação de interpretação/orientação sobre norma de conteúdo indeterminado.....	104
2.2.1.6	O dever administrativo de avaliar os atos praticados com base nas orientações gerais disponíveis ao tempo da sua prática e de preservar as situações plenamente constituídas com base nas orientações gerais então disponíveis.....	104
2.2.1.7	O dever administrativo de considerar a possibilidade de realizar ajustamento de condutas para convalidar os atos questionados.....	105
2.2.1.8	O dever administrativo de compensar benefícios indevidos e prejuízos anormais ou injustos que resultem dos atos questionados .....	105
2.2.1.9	O dever administrativo de considerar a possibilidade de realizar consulta pública para manifestação dos interessados sobre os atos praticados em processos de licitação e de contratação pública.....	106
2.2.1.10	O dever administrativo de contribuir para a segurança na aplicação do direito na esfera administrativa .....	106
2.2.1.11	O condicionamento da responsabilização de agentes estatais à demonstração de dolo ou culpa grave fundada em erro grosseiro .....	107
2.2.2	Extensão desses deveres e limitações aos órgãos de controle .....	107

### CAPÍTULO 3

DEFINIÇÕES JURÍDICAS APRESENTADAS PELA LEI Nº 14.133/2021 .....	109
3.1 A opção político-normativa por estabelecer definições que orientam a aplicação da lei .....	116
3.2 A adoção anterior de estratégia legislativa semelhante no âmbito da legislação nacional .....	116
3.3 A estratégia adotada para a apresentação das definições neste trabalho.....	117

### CAPÍTULO 4

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSERÇÃO DOS AGENTES ESTATAIS NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	119
4.1 Designação de agentes estatais e ordem de preferência.....	121
4.2 Agentes de contratação, pregoeiros e comissões de contratação.....	125
4.3 Vedações impostas aos agentes públicos que atuam no procedimento licitatório .....	132
4.4 A defesa de agentes estatais pela Advocacia Pública.....	133

## PARTE II

### O PROCESSO DE LICITAÇÃO

#### CAPÍTULO 5

A LICITAÇÃO COMO PROCESSO .....	139
5.1 Objetivos do processo licitatório .....	142
5.2 Regras gerais aplicáveis ao processo licitatório.....	144
5.3 Publicidade e sigilo no processo licitatório.....	146
5.4 Impedimentos no processo licitatório.....	149
5.5 A participação de consórcios no processo licitatório.....	152
5.6 A participação de cooperativas de trabalho no processo licitatório.....	154

#### CAPÍTULO 6

O PROCEDIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO .....	159
6.1 Disposições gerais sobre o procedimento do processo licitatório .....	160
6.1.1 Licitações eletrônicas <i>versus</i> licitações presenciais.....	160
6.1.2 A exigência de certificação dos colaboradores dos licitantes .....	160
6.2 As fases da licitação .....	161
6.2.1 Etapa interna (ou fase preparatória) .....	161
6.2.1.1 Disposições sobre a elaboração de estudo técnico preliminar .....	164
6.2.1.2 Disposições sobre a administração de materiais, obras e serviços .....	166
6.2.1.3 Disposições sobre especificação de qualidade e vedação da aquisição de artigos de luxo .....	167
6.2.1.4 Disposições sobre audiências públicas e consultas públicas.....	168
6.2.1.5 Disposições sobre previsão de matriz de alocação de risco .....	169

6.2.1.6	Disposições sobre compatibilização do valor mínimo adotado pela Administração ao valor de mercado .....	171
6.2.1.7	Disposições sobre publicidade e sigilo do orçamento estimado da contratação.....	175
6.2.1.8	Disposições sobre conteúdo do edital.....	175
6.2.1.9	Disposições sobre a adoção de margem de preferência para a aquisição de determinados bens e serviços .....	178
6.2.2	A etapa externa e suas fases executórias .....	180
6.2.2.1	A fase de divulgação do edital de licitação.....	180
6.2.2.2	A fase de apresentação de propostas e lances .....	180
6.2.2.3	A fase de julgamento.....	181
6.2.2.4	A fase de habilitação.....	182
6.2.2.5	A fase recursal .....	182
6.2.2.6	A fase de homologação .....	182

## CAPÍTULO 7

MODALIDADES DE LICITAÇÃO .....		185
7.1	Concorrência e pregão.....	187
7.2	Concurso .....	189
7.3	Leilão .....	190
7.4	Diálogo competitivo .....	192

## CAPÍTULO 8

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO .....		197
8.1	Menor preço.....	200
8.2	Maior desconto.....	200
8.3	Melhor técnica ou conteúdo artístico .....	201
8.4	Técnica e preço.....	203
8.5	Maior lance .....	205
8.6	Maior retorno econômico .....	205

## CAPÍTULO 9

OS OBJETOS DO PROCESSO LICITATÓRIO.....		209
9.1	Licitação para compras .....	209
9.1.1	Disposições sobre especificidades do termo de referência .....	210
9.1.2	Disposições sobre parcelamento.....	211
9.1.3	Disposições sobre manutenção e assistência técnica .....	213
9.1.4	Disposições sobre qualidade do produto.....	213
9.1.5	Disposições sobre padronização.....	216
9.1.6	Disposições sobre estudo técnico preliminar.....	217
9.2	Licitação para obras e serviços.....	217
9.2.1	Disposições sobre obras e serviços de engenharia.....	217
9.2.1.1	Empreitada por preço unitário .....	221
9.2.1.2	Empreitada por preço global.....	221
9.2.1.3	Empreitada integral .....	222
9.2.1.4	Contratação por tarefa.....	222
9.2.1.5	Contratação integrada e semi-integrada .....	222
9.2.1.6	Fornecimento e prestação de serviço associado .....	225
9.2.2	Disposições sobre serviços em geral .....	226
9.2.2.1	Contratação de serviços de manutenção e assistência técnica .....	227
9.2.2.2	Possibilidade de execução por terceiros.....	227
9.2.2.3	Possibilidade de execução por mais de uma empresa .....	229
9.2.2.4	Regime de dedicação exclusiva de mão de obra .....	229
9.3	Licitação para locação de imóveis .....	230

## CAPÍTULO 10

LICITAÇÕES INTERNACIONAIS.....		233
10.1	Disposições sobre exigência de compatibilidade com as diretrizes da política monetária internacional e do comércio exterior.....	234
10.2	Disposições sobre isonomia entre os licitantes estrangeiros e brasileiros.....	234
10.3	Disposições sobre exigência relativa a gravames incidentes sobre preços.....	235

## CAPÍTULO 11

CONTROLE JURÍDICO E DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO.....		237
11.1	O controle jurídico realizado pela Advocacia Pública .....	237
11.1.1	Advocacia Pública brasileira: estado da arte .....	238

11.1.1.1	A Advocacia Pública na Federação brasileira.....	238
11.1.1.1.1	A Advocacia-Geral da União e seus órgãos vinculados .....	239
11.1.1.1.2	As procuradorias dos estados e do Distrito Federal.....	242
11.1.1.1.3	As procuradorias municipais.....	243
11.1.1.2	Atividades típicas de Advocacia Pública.....	245
11.1.1.2.1	A atividade consultiva .....	245
11.1.1.2.2	A atividade contenciosa .....	246
11.1.1.2.3	Atividade de controle jurídico .....	247
11.1.2	A amplitude do controle jurídico desenvolvido pela Advocacia Pública .....	251
11.1.2.1	Objeto do controle: legalidade ou juridicidade? .....	251
11.1.2.2	Objeto da atividade desempenhada: efetivo controle dos atos praticados ou simples veiculação de orientações jurídicas? .....	254
11.1.2.2.1	A prática consolidada na esfera administrativa .....	254
11.1.2.2.1.1	Sobre a ausência de configuração de controle jurídico na análise de minutas .....	255
11.1.2.2.1.2	Sobre a ausência de configuração de controle jurídico na resposta a consultas formuladas pela Administração.....	255
11.1.2.2.2	A lógica que está por trás dessa prática administrativa, a sua irrelevância/falsidade/ilegalidade e os riscos envolvidos: argumentos pragmático e jurídico.....	256
11.1.2.2.2.1	Sobre a irrelevância teórica do argumento pragmático construído nesse contexto.....	256
11.1.2.2.2.2	Sobre a falsidade do argumento pragmático construído nesse contexto .....	257
11.1.2.2.2.3	Sobre o risco de responsabilização pessoal dos agentes públicos e privados envolvidos pela prática de ato de improbidade administrativa .....	258
11.1.2.2.2.4	Sobre o equívoco do argumento jurídico construído .....	261
11.1.2.2.3	A Lei nº 14.133/2021 muda tudo .....	262
11.1.2.3	A circunscrição da análise desenvolvida aos aspectos jurídicos .....	267
11.1.3	Vinculatividade das manifestações jurídicas e responsabilização de agentes estatais.....	267
11.1.4	Minutas/manifestações padronizadas e dispensa de análise jurídica.....	274
11.2	A divulgação do edital de licitação.....	274

## CAPÍTULO 12

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES.....	277	
12.1	Disposições sobre prazos.....	277
12.2	Disposições sobre modos de disputa incidentes.....	279
12.2.1	Especificidades do modo aberto.....	280
12.2.2	Especificidades do modo fechado.....	280
12.2.3	Outras disposições sobre a incidência dos modos de disputa .....	280
12.3	Disposições sobre exigência de garantia da proposta .....	281

## CAPÍTULO 13

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	283	
13.1	Critérios de desclassificação.....	284
13.2	Critérios de desempate .....	285
13.3	Disposições sobre negociação de condições mais vantajosas.....	286

## CAPÍTULO 14

HABILITAÇÃO DOS LICITANTES.....	287	
14.1	Disposições sobre declaração de requisitos e exigência da apresentação de documentos.....	287
14.2	Disposições sobre realização de vistoria prévia no local da execução.....	288
14.3	Disposições sobre vedação quanto à substituição/apresentação de documentos.....	289
14.4	Disposições sobre definição das condições de habilitação .....	290
14.5	Disposições sobre habilitação por processo eletrônico.....	291
14.6	Disposições sobre habilitação jurídica.....	291
14.7	Disposições sobre habilitação técnica .....	291
14.8	Disposições sobre habilitação fiscal, social e trabalhista.....	295
14.9	Disposições sobre habilitação econômico-financeira.....	296
14.10	Disposições sobre apresentação da documentação necessária .....	298

## CAPÍTULO 15

ENCERRAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO.....	299	
15.1	O retorno dos autos para saneamento de irregularidades .....	300
15.2	Revogação e anulação .....	301
15.2.1	A revogação como modalidade de extinção fundada em juízo de conveniência e oportunidade .....	302
15.2.2	A anulação como modalidade de extinção fundada em vício jurídico.....	302
15.3	Homologação e adjudicação.....	303
15.4	Extensão da aplicação do dispositivo à contratação direta .....	304

## CAPÍTULO 16

O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.....	307
16.1 Inexigibilidade de licitação.....	311
16.2 Dispensa de licitação.....	314
16.2.1 Dispensa de licitação relacionada ao valor da contratação.....	318
16.2.2 Dispensa de licitação relacionada a situações de emergência.....	319
16.2.3 Dispensa de licitação relacionada ao fracasso de licitação anterior.....	319
16.2.4 Dispensa de licitação relacionada à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação científica e tecnológica.....	320
16.2.5 Dispensa de licitação relacionada à segurança nacional e à manutenção da ordem.....	321
16.2.6 Dispensa de licitação relacionada à aquisição de bens e serviços diretamente do Poder Público.....	322
16.2.7 Dispensa de licitação relacionada à associação entre entes federados.....	322
16.2.8 Dispensa de licitação relacionada à saúde pública.....	322
16.2.9 Dispensa de licitação relacionada ao sistema prisional.....	323
16.2.10 Dispensa de licitação relacionada ao trabalho de pessoas com deficiência.....	323
16.2.11 Dispensa de licitação relacionada a outros objetos.....	323

## CAPÍTULO 17

ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS.....	325
17.1 Licitação para alienação de bens públicos.....	327
17.1.1 Alienação de bens imóveis.....	328
17.1.2 Alienação de bens móveis.....	330
17.3 Disposições sobre doação com encargos.....	330
17.4 Disposições sobre direito de preferência para quem comprovar a ocupação do bem alienado.....	330

## CAPÍTULO 18

PROCEDIMENTOS AUXILIARES.....	331
18.1 Credenciamento.....	332
18.2 Pré-qualificação.....	334
18.3 Manifestação de interesse.....	336
18.4 Registro de preços.....	337
18.4.1 Utilização do sistema de registro de preços como procedimento auxiliar de licitações.....	340
18.4.2 Compatibilização do registro de preços com o critério de julgamento por menor preço por grupo de itens (ou por lote).....	342
18.4.3 Possibilidade da utilização do sistema registro de preços sem a indicação do total a ser adquirido.....	342
18.4.4 Utilização do sistema de registro de preços na contratação direta.....	342
18.4.5 Ausência de vinculação da Administração e vinculação do licitante/contratado.....	342
18.4.6 Atores processuais envolvidos e <i>modus operandi</i> da sua participação.....	343
18.4.7 Preferência da utilização do sistema de registro de preços sobre as licitações para compras.....	344
18.5 Registro cadastral.....	344

## PARTE III

### O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

## CAPÍTULO 19

FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS.....	349
19.1 A convocação do licitante vencedor.....	351
19.2 As formalidades contratuais que precisam ser observadas.....	353
19.3 A positivação legislativa de cláusulas obrigatórias.....	354
19.4 A obrigatoriedade da cessão dos direitos patrimoniais relativos aos projetos e serviços técnicos contratados.....	357
19.5 A obrigatoriedade de divulgação dos contratos celebrados no Portal Nacional de Contratações Públicas.....	359
19.6 Obrigatoriedade e dispensa do instrumento contratual.....	360

## CAPÍTULO 20

GARANTIAS CONTRATUAIS.....	363
20.1 As modalidades de garantias.....	365
20.1.1 Caução.....	365
20.1.2 Seguro-garantia.....	365
20.1.3 Fiança bancária.....	366
20.2 Disposições sobre a renovação da garantia.....	366
20.3 Disposições sobre o valor da garantia.....	367
20.4 Disposições sobre a restituição da garantia.....	367
20.5 Síntese esquemática.....	368

## CAPÍTULO 21

ALOCAÇÃO DE RISCOS.....	369
21.1 A matriz de alocação de risco .....	370
21.2 A relação necessária entre a alocação de riscos e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato .....	370
21.3 Disposições sobre a padronização na alocação de riscos.....	371

## CAPÍTULO 22

CLÁUSULAS EXORBITANTES.....	373
22.1 A possibilidade de modificação unilateral do contrato pela Administração .....	375
22.2 A admissibilidade da extinção unilateral do contrato pela Administração .....	376
22.3 O poder-dever da Administração de exercer rigorosa fiscalização da execução do contrato .....	377
22.4 O poder-dever da Administração de aplicar sanções aos contratados que incorrerem em infrações administrativas ..	378
22.5 A viabilidade da ocupação de bens e utilização de pessoal e serviços vinculados ao contrato.....	378
22.6 A relação necessária entre as cláusulas exorbitantes e o equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato .....	379

## CAPÍTULO 23

DURAÇÃO DOS CONTRATOS.....	381
23.1 Regra geral sobre duração dos contratos .....	382
23.2 Regras específicas .....	383
23.2.1 Disposições sobre serviços e fornecimentos contínuos.....	383
23.2.2 Hipóteses específicas de contratação direta por dispensa de licitação .....	383
23.2.3 Disposições sobre contratação de serviço público exercido em regime de monopólio.....	385
23.2.4 Disposições sobre a formalização de contratos de eficiência que gerem economia para a Administração .....	385
23.2.5 Disposições sobre contratações com escopo predefinido .....	385
23.2.6 Disposições sobre associação de fornecimento de bens e prestação de serviços .....	385
23.2.7 Disposições sobre operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação.....	386
23.3 Disposições sobre aproveitamento de prazos definidos em leis especiais.....	386

## CAPÍTULO 24

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS .....	389
24.1 Disposições sobre gestão de recursos humanos.....	390
24.1.1 A reserva de postos de trabalho .....	390
24.1.2 Os fiscais do contrato .....	391
24.1.3 O preposto do contratado.....	393
24.2 Disposições sobre responsabilização do contratado.....	394
24.2.1 Reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição de parcial do objeto do contrato.....	395
24.2.2 Responsabilidade civil do contratado <i>versus</i> fiscalização/acompanhamento pelo contratante .....	395
24.2.3 Responsabilidade exclusiva do contratado pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais .....	395
24.3 Disposições sobre admissibilidade da subcontratação .....	396
24.4 Disposições sobre resolução administrativa de conflitos no curso da execução dos contratos .....	397
24.4.1 Obrigatoriedade de decisão.....	397
24.4.2 Afastamento da obrigatoriedade para requerimentos manifestamente impertinentes .....	398
24.4.3 Estabelecimento de prazo para decisão.....	398

## CAPÍTULO 25

ALTERAÇÕES CONTRATUAIS .....	399
25.1 Alterações contratuais unilaterais.....	402
25.2 Alterações contratuais por acordo entre as partes.....	402
25.3 Limites impostos pelo legislador .....	403
25.4 Disposições sobre obras e serviços de engenharia.....	404
25.5 Disposições sobre supressão de obras, bens e serviços.....	404
25.6 Disposições sobre contratação integrada ou semi-integrada .....	404
25.7 Obrigatoriedade da formalização de termo aditivo .....	405
25.8 Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato .....	406
25.9 Alteração nos preços.....	406

## CAPÍTULO 26

EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	409
26.1 Aspecto subjetivo (ou iniciativa) .....	411
26.1.1 Extinção pela Administração .....	411
26.1.1.1 O condicionamento da extinção do contrato por decisão da Administração à observância do contraditório e do dever de motivação das decisões jurídicas.....	411

26.1.1.2	As hipóteses em que é admitida a extinção do contrato pela Administração .....	414
26.1.2	Extinção pelo contratado .....	414
26.2	Aspecto objetivo (ou modalidades).....	415
26.2.1	Extinção por ato unilateral .....	415
26.2.2	Extinção por acordo entre as partes .....	416
26.2.3	Extinção por decisão arbitral ou judicial .....	419

## CAPÍTULO 27

RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.....		425
27.1	Recebimento de obras e serviços .....	426
27.2	Recebimento de compras .....	427
27.3	Recebimento de projetos de obra.....	427

## CAPÍTULO 28

PAGAMENTOS RELATIVOS À CONTRATAÇÃO.....		429
28.1	A imposição de ordem cronológica de pagamento por fonte de recursos e categoria de contrato.....	431
28.2	Disposições sobre a possibilidade de modificação na ordem cronológica.....	432
28.3	Disposições sobre pagamento em conta vinculada ou por efetiva comprovação do fato gerador.....	432
28.4	Disposições sobre controvérsia sobre pagamento e liberação da parcela incontroversa .....	433
28.5	Disposições sobre remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado .....	433
28.6	Disposições sobre pagamento antecipado .....	433
28.7	Disposições contábeis.....	434

## CAPÍTULO 29

NULIDADES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....		435
29.1	Nulidade por ausência de caracterização do objeto do contrato e da indicação de créditos orçamentários que suportarão o custo da contratação .....	436
29.2	Nulidade e interesse público.....	436
29.3	Nulidade e indenização .....	440
29.4	Nulidade e preservação temporária da continuidade da execução do contrato .....	441
29.5	Nulidade e instrumentalidade das formas .....	441

## CAPÍTULO 30

MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS .....		443
30.1	O tribunal multiportas e a sua recepção pelo direito brasileiro.....	444
30.2	A resolução de controvérsias pelo método autocompositivo .....	447
30.2.1	A técnica da conciliação .....	447
30.2.2	A técnica da mediação .....	448
30.2.3	A distinção conceitual entre a conciliação e a mediação.....	449
30.3	A resolução de controvérsias mediante intervenção de comitês de resolução de disputas ( <i>dispute boards</i> ) .....	451
30.4	A resolução de controvérsias por heterocomposição arbitral.....	452
30.5	Disposições sobre a escolha de árbitros, tribunais arbitrais e comitês de resolução de disputa.....	459

## PARTE IV

### O PROCESSO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

## CAPÍTULO 31

O CONTROLE DOS ATOS DE LICITANTES E CONTRATADOS PELA ADMINISTRAÇÃO .....		465
31.1	Infrações e sanções administrativas .....	470
31.1.1	Infrações administrativas.....	470
31.1.2	Sanções administrativas.....	472
31.1.2.1	Advertência.....	472
31.1.2.2	Multa.....	472
31.1.2.3	Impedimento de licitar e contratar.....	473
31.1.2.4	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar .....	474
31.1.2.5	Cumulação de sanções .....	476
31.2	O relacionamento entre a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Anticorrupção .....	476
31.3	Disposições sobre desconsideração da personalidade jurídica.....	476
31.4	Disposições sobre publicação das sanções aplicadas em cadastros nacionais.....	477
31.5	Disposições sobre multa moratória.....	477
31.6	Disposições sobre reabilitação do licitante/contratado .....	477

## CAPÍTULO 32

O CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO POR INICIATIVA DE PARTICULARES .....	479
32.1 Impugnações e pedidos de esclarecimentos .....	480
32.2 Recursos e pedidos de reconsideração .....	481
32.2.1 Recursos .....	481
32.2.1.1 Recursos interpostos no processo licitatório .....	481
32.2.1.2 Recursos interpostos em processos voltados à formalização/execução de contratações públicas .....	481
32.2.2 Pedidos de reconsideração .....	482
32.2.3 Efeito suspensivo e controle jurídico .....	482

## CAPÍTULO 33

A DEFLAGRAÇÃO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO PELA ADMINISTRAÇÃO E POR ÓRGÃOS EXTERNOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE .....	483
33.1 Modalidades de controle .....	486
33.1.1 Controle interno .....	486
33.1.2 Controle externo .....	487
33.2 Disposições sobre acesso a documentos e informações .....	487
33.3 Disposições sobre o <i>modus operandi</i> da atividade de controle .....	488
33.4 Disposições sobre a suspensão cautelar do processo licitatório por tribunais de contas .....	490
33.5 Sobre a exclusão dos dispositivos sobre formulação de consultas aos órgãos de controle e sobre suas possíveis consequências para eficiência/eficácia das licitações/contratações públicas caso eles tivessem sido mantidos no texto da Lei nº 14.133/2021 .....	490

## CAPÍTULO 34

A SEGURANÇA JURÍDICA NA ATIVIDADE DE CONTROLE: DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS VERSUS MODELO DE PRECEDENTES .....	495
34.1 Notas sobre o modelo brasileiro de precedentes .....	496
34.2 O problema levantado pela Presidência da República quando vetou os dispositivos .....	499
34.2.1 A extensão da vinculatividade dos precedentes e decisões persuasivas invocadas à Administração Pública .....	500
34.2.2 A extensão da vinculatividade dos precedentes e decisões persuasivas invocadas aos tribunais de contas .....	502
34.2.3 Limites conceituais à vinculatividade de precedentes e decisões persuasivas invocadas como antídoto ao problema levantado pela Presidência da República quando vetou os dispositivos .....	503
34.3 A vinculatividade das decisões proferidas pelos tribunais de contas em matéria de licitações e contratos administrativos .....	506

## CAPÍTULO 35

A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO CAPITANEADA PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS .....	509
35.1 Extensão da capacitação profissional reclamada pelo legislador .....	509
35.2 Controle administrativo e caráter pedagógico .....	510

## PARTE V

### DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

## CAPÍTULO 36

O PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS .....	513
36.1 A veiculação de opção político-normativa pela centralização das informações em portal nacional .....	515
36.2 A possibilidade da instituição residual de portais correlatos no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios .....	516
36.3 A possibilidade da instituição residual de portais privados integrados ao portal nacional .....	516
36.4 O estabelecimento de período de transição para os municípios de menor porte .....	517

## CAPÍTULO 37

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS .....	519
37.1 Alterações no Código de Processo Civil de 2015 .....	519
37.2 Alterações no Código Penal .....	520
37.3 Alterações na Lei Geral de Concessões .....	524
37.4 Alterações na Lei das Parcerias Público-Privadas .....	526

## CAPÍTULO 38

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS .....	527
38.1 Centrais de compras .....	527
38.2 Critérios para a atualização de valores .....	528

38.3	Critérios para a contagem dos prazos .....	528
38.4	Extensão da aplicação da Lei nº 14.133/2021 a convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados pela Administração Pública.....	529
38.5	Extensão da aplicação das alterações introduzidas pela Lei nº 14.133/2021 no Código Penal também às licitações e contratos regidos pela Lei das Estatais .....	530
38.6	Extensão da aplicação da Lei nº 14.133/2021 às concessões de serviços públicos, às parcerias público-privadas e à contratação de serviços de publicidade.....	530
38.7	Extensão da regulamentação da Lei nº 14.133/2021 pelo ente federal também aos estados e municípios.....	531
38.8	Extensão da aplicação da Lei nº 14.133/2021 a toda legislação anterior que faça referência aos diplomas legais revogados.....	531
38.9	Disposições sobre atos jurídicos perfeitos.....	531
38.10	Disposições sobre a convivência temporária entre o regime normativo revogado e o regime da Lei nº 14.133/2021 ....	532
38.11	A aplicação apenas subsidiária da Lei nº 14.133/2021 a contratos relativos a patrimônio da União ou de suas autarquias e fundações públicas.....	535
38.12	A revogação do regime normativo pretérito .....	535
38.12.1	Revogação dos arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666/1993 .....	536
38.12.2	Revogação dos demais dispositivos da Lei nº 8.666/1993, da Lei do Pregão e dos arts. 1º a 47 da Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas .....	539
38.13	O início da vigência e eficácia da Lei nº 14.133/2021 .....	539
À GUIA DE CONCLUSÃO.....		541
REFERÊNCIAS.....		545